

# Uma conquista que é preciso defender

*Serviço especial da AIM*

N. 5/3/84

Moçambique e a África do Sul vão assinar em breve um Acordo de Não-Agressão e Boa Vizinhança. Sexta-feira passada, na Cidade do Cabo, realizou-se aquele que terá sido talvez o último encontro entre os dois países, a nível ministerial, antes de ser assinado o acordo.

No Cabo, as duas partes concordaram sobre os aspectos principais do acordo. O seu conteúdo principal estabelece que nenhum dos dois países servirá para actos de agressão ou violência contra o outro. Estabelece, também, que nenhum dos países utilizará o território de terceiro Estado para esse fim.

Estes são os factos mais recentes. Mas para que eles acontecessem, houve um processo muito longo e trabalhoso de contactos diplomáticos, ao mesmo tempo que o regime da África do Sul mantinha uma guerra não-declarada contra Moçambique.

Esses contactos datam desde a Independência Nacional e neles estiveram envolvidos, pela parte moçambicana, Sérgio Vieira, que era então Director do Gabinete da Presidência da República, e pela parte sul-africana Brandt Fourie, então Director-Geral dos Negócios Estrangeiros.

Ao mesmo tempo, havia encontros para a resolução de problemas relacionados com os transportes ferroviários e portuários e no âmbito da competência das polícias criminais dos dois países.

Os dois primeiros encontros a nível ministerial deram-se em Komatipoort, em Dezembro de 1982, e depois em Maio de 1983. Nesses dois encontros, Moçambique voltou a colocar na mesa das negociações a proposta de que os dois países deveriam relacionar-se na base da coexistência; as delegações moçambicanas aos dois encontros de Komatipoort acrescentaram mais um ponto fundamental: não poderia haver um relacionamento Estado-Estado com repercussões económicas, por exemplo, sem primeiro haver um acordo de segurança. No fundo, tratava-se de a África do Sul deixar de organizar os bandos armados.

No plano diplomático, a África do Sul falava com Moçambique, mas no terreno do conflito continuava a organizar a acção do banditismo armado e a lançar agressões directas.

Ao mesmo tempo, na Europa Ocidental, nos Estados Unidos da América, os governos e as forças políticas influentes continuavam a analisar a África Austral em função dos critérios impostos pela poderosa máquina de propaganda sul-africana.

Estas realidades levaram o Comité Central do Partido Frelimo a tomar três decisões na sua 10.ª Sessão, em Agosto de 1982:

- Transformar a economia do País numa economia de guerra;
- Lançar uma ofensiva coordenada das Forças Armadas de Moçambique (FPLM);
- Lançar uma ofensiva diplomática no Ocidente para quebrar o isolamento de Moçambique face aos governos ocidentais.

Em meados de 1983, já se sentia o efeito positivo da acção das FPLM e, em Outubro do ano passado, o Presidente Samora Machel visitou seis países europeus, cinco dos quais ocidentais, cumprindo assim a decisão do Comité Central.

Essa visita é de crucial importância para se perceber o que se passou a seguir. Particularmente em Portugal, França e Inglaterra, os seus dirigentes compreenderam finalmente uma coisa: Moçambique é efectivamente um país independente, um defensor tenaz da sua soberania. E compreenderam também que Moçambique não aceitará ser plataforma de nenhum outro país para qualquer agressão à África do Sul.

Por outras palavras, a política socialista de paz, de coexistência e cooperação não é um «slogan», um artigo constitucional, mas sim uma política aplicada no terreno do relacionamento internacional.

Poucos dias depois do regresso a Moçambique do Presidente Samora Machel, partiu para a Europa o Ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Roelof Botha, que encontrou demasiadas portas fechadas. A ofensiva diplomática de Moçambique tinha surtido efeito. O Mundo tinha começado a compreender a verdadeira natureza do conflito da África Austral.

É assim que, em Novembro passado, o Presidente Samora Machel recebeu os primeiros emissários que traziam mensagens da África do Sul.

A África do Sul pedia para reatar o diálogo que Moçambique iniciara. O que se seguiu a isso é já do conhecimento geral: os encontros de Mbabane, do Maputo e Pretória, de Maputo de novo e, na última sexta-feira, o encontro da Cidade do Cabo.

Para muita gente, tudo isto parecerá surpreendente. Para quem tenha acompanhado a crise da economia sul-africana e os desaires no terreno da sua opção militar, nada disto é surpresa.

Em Moçambique, em Angola, na Namíbia e no Zimbábwe, da África do Sul não conseguiram empurrar a História para trás. Se para a África do Sul a estratégia a seguir possa vir a ser a de tentar conseguir pela economia aquilo que não conseguiu com as armas, para Moçambique o acordo que agora vai ser assinado, é o culminar de muitos anos de uma política de coexistência.